

Pode faltar verba para funcionalismo

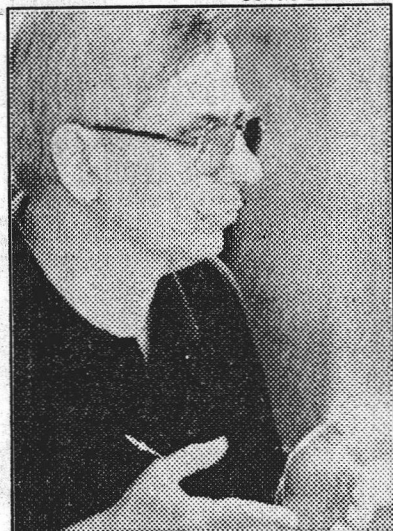
*Ministro da Fazenda
deve decidir até
amanhã se faz cortes
de emergência*

RAUL PILATI

BRASÍLIA — Se o governo não tomar uma decisão rápida para suprir a necessidade de US\$ 6 bilhões do orçamento deste ano, faltará dinheiro para pagar os salários dos funcionários públicos, os benefícios da Previdência Social e os hospitais da públicos este mês. Os cálculos são do demissionário secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento, Aurélio Nonô Valença, e foram submetidos ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pelo ministro Alexis Setepanenko, da Sepplan.

Segundo Nonô, o recurso a um pedido de crédito suplementar via projeto de lei não é o melhor caminho para suprir as necessidades do governo, por causa do pouco tempo que o Executivo dispõe. A alternativa de obtenção de receita tributária adicional também é inviável. Na opinião de Nonô, só restaria a emissão de títulos, prática desaconselhada, com tal finalidade, desde o governo Sarney.

— “O problema é que precisamos desses recursos com data



Nonô Valença: pouco prazo

marcada e o prazo para conseguí-los é exíguo” afirmou o secretário. Segundo ele, 85% da necessidade total de US\$ 6 bilhões destinam-se ao pagamento de pessoal, aposentadorias e manutenção de hospitais. Até amanhã o ministro da Fazenda deverá decidir qual a solução a ser adotada, o que poderá obrigar o governo a realizar cortes de emergências nos próximos dias.

Ajuste — Pressões desse tipo foram consideradas pelo deputado Delfim Netto (PPR-SP) verdadeiro “terrorismo fiscal”, pois além de projetar um déficit de

US\$ 25 bilhões para 1994 a cada dia o governo alega nova necessidade de recursos. Segundo o ex-ministro da Fazenda, quando a equipe econômica fala em ajuste fiscal está se referindo a “aumento de impostos”, mas não deve contar com isso para 1994.

De acordo com as expectativas de Delfim, o Congresso revisor fará uma reforma tributária estrutural, que poderá entrar em vigor apenas em 1995, porque dependerá de regulamentação por meio de leis complementares. “O que o ministro deve fazer é cortar despesas”, afirmou Delfim. “E para isso ele não depende do Congresso Nacional, mas o problema é que o governo não corta suas despesas” insistiu o deputado.

Outra ponderação feita por ele é que dificilmente o Legislativo aprovará um ajuste que re-

sulte num ganho de receita expressivo em favor do Executivo, limitando-se a reestruturar o perfil atual.

O tributarista Ives Gandra, autor de projeto de reforma fiscal submetido ao

PFL, concorda com Delfim Netto: o ano de 1994 será dedicado à regulamentação do novo código tributário do País para entrar em vigor em 1995, quando assumirá o novo presidente da República.

DELFIM
DENUNCIA
“TERRORISMO
FISCAL”